

BENEFÍCIOS DA AÇÃO COLETIVA NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM ESTUDO NA ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES DE CORUMBATAÍ DO SUL - PR

Isielli Mayara Barzotto Martins Tierling (UNESPAR) - isi_barzotto@hotmail.com

Carla Maria Schmidt (UNIOESTE) - carlamariaschmidt@hotmail.com

Resumo:

A agricultura familiar tem desempenhado importante papel econômico e social e se destacado como importante fator para o desenvolvimento do meio rural. Além disso, dentre as alternativas por ela buscadas, estão as ações de cooperação, como a formação de associações e cooperativas. A partir disso, este estudo teve como objetivo central analisar quais são os benefícios da ação coletiva proporcionados aos produtores familiares da Associação de Produtores de Corumbataí do Sul - APROCOR. Para isso, foram utilizados os métodos qualitativo e explicativo, através da pesquisa documental e entrevistas. Os resultados demonstraram que, dentre os inúmeros benefícios gerados aos produtores familiares, destaca-se o papel da APROCOR em proporcionar ganhos econômicos e financeiros, informacionais, sociais, ambientais e de saúde ao trabalhador rural. Além dos benefícios gerados ao produtor, o estudo demonstrou ainda que a ação coletiva gera externalidades positivas, resultando em ganhos para a família do produtor rural, para o meio ambiente e comunidade local.

Palavras-chave: *Benefícios coletivos; Ação coletiva; Agricultura familiar; Associação de produtores.*

Área temática: *GT-18 Trabalho Autogestionário, Economia Popular Solidária e Educação: Processos Organizacionais e Protagonismos, em busca de Cidadania e Reconhecimento*

1 INTRODUÇÃO

O contexto atual e as perspectivas da pequena propriedade de produção rural têm suscitado estudos científicos que revelam o perfil e as diferentes formas de atuação da agricultura familiar. No Brasil, tem desempenhado importante papel nas esferas econômica e social, sendo classificada como importante fator de desenvolvimento, apesar das dificuldades por ela enfrentadas nos contextos regionais. Ao longo dos anos, a agricultura familiar se estabeleceu como um setor heterogêneo, em razão da diversidade de renda, atividades, tamanho da propriedade, dentre outros fatores. Consolidou-se de modo a ter como principal estratégia, a diversificação de produtos e processos para sobrevivência econômica e passou a ter o grande desafio de contribuir com a segurança alimentar, uma vez que produz 70% dos alimentos consumidos internamente no país (BUAINAIN, 2006; BANCO MUNDIAL, 2007; FAO, 2014).

Numa outra vertente, a literatura tem demonstrado que, dentre as estratégias e alternativas buscadas pela agricultura familiar estão as ações de cooperação, como a formação de associações e cooperativas, assim como, entidades de representação de compras e venda, de crédito, de controle de qualidade, dentre outras (NASSAR, 2001; SCHMIDT et al, 2014). Essas ações têm se mostrado como eficientes recursos para os produtores rurais de menor porte, no que se refere à possibilidade de inserção econômica, representação social e criação de valor (NASSAR, 2001; SAUVÉE, 2002; MAEDA; SAES, 2009; SCHMIDT, 2012).

Além da importância da cooperação para o desenvolvimento econômico e social das propriedades rurais, destaca-se também sua relevância para o desenvolvimento regional, uma vez que as ações coletivas favorecem novas dinâmicas que integram diversos outros atores, além dos associados, e promovem alternativas econômicas e sociais para os contextos locais (SAUSEN et al, 2011).

A partir disso, o presente estudo utilizou como objeto de pesquisa a Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, tendo como principal objetivo a análise dos benefícios da ação coletiva proporcionados aos produtores familiares associados à APROCOR, à luz da Teoria da Ação Coletiva. Assim, buscou-se a evidenciação dos ganhos dos agricultores familiares ao participarem de uma ação conjunta.

Além desta introdução, este estudo apresenta ainda uma revisão de literatura sobre a agricultura familiar e a teoria de Ação Coletiva, os métodos e técnicas utilizados na pesquisa, bem como, os resultados provenientes da pesquisa empírica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Agricultura Familiar

Os estudos científicos a respeito da agricultura familiar têm possibilitado conhecer suas características e contexto, principalmente em relação ao papel que desempenham no cenário nacional de produção de alimentos e nos desafios inerentes à este grupo de produtores (GRANÁ, 2005; SCHNEIDER, 2010; NAVARRO et al, 2011; BERGAMASCO et al, 2013).

A agricultura familiar no Brasil é delimitada através da Lei 11.326/06, que a reconhece como a produção rural oriunda de propriedades que podem variar de tamanho conforme a região onde estão localizadas (mas que normalmente são de pequeno porte), e cujas atividades econômicas nela desenvolvidas integram a renda familiar, sendo em sua maioria, desenvolvidas e geridas pela própria família. Apesar dessa delimitação, o censo agropecuário realizado em 2006 aponta ainda que, dentre os estabelecimentos de pequeno e médio porte, encontram-se produtores descaracterizados da agricultura familiar pelo limite de área, de renda ou de terras públicas definidas pela lei, mas que em termos de características

intrínsecas podem ser considerados pertencentes à agricultura familiar (IBGE, 2006). Apesar da divergência de consenso entre o conceito legal e a realidade sócio-econômica dos produtores familiares, é importante observar que o conceito da agricultura familiar brasileira fixado na legislação registra uma característica que lhe é inerente, a diversidade ou heterogeneidade, quando prevê as variações regionais para o tamanho da propriedade.

A literatura que retrata a agricultura familiar brasileira demonstra que sua principal característica é a diversidade. A partir dos dados do censo agropecuário de 2006, Bergamasco et al (2013) observam que há no Brasil diferentes tipos de estabelecimentos rurais, entre eles, os estabelecimentos familiares, que podem ser subdivididos em assentado (originário de projeto de assentamento), exclusivamente familiares e ainda os familiares com contratado ou familiar misto, que são os estabelecimentos que atuam com uma parcela de mão de obra contratada.

Mas não só em relação ao tipo de propriedade, a diversidade refere-se à condição de realização de diversas atividades rurais, sob diferentes formas de renda, ocupações, sistemas de produção, estruturas fundiárias, disponibilidade de recursos, acesso a mercados, capacidade de geração de renda e acumulação, as quais se manifestam por iniciativas individuais ou familiares, como métodos alternativos em contextos de privação de recursos e dificuldades sociais. Além de todos esses fatores, há ainda as diferenças regionais que são afetadas pelos fatores políticos, distribuição demográfica, clima, entre outros (SCHNEIDER, 2010; BUAINAIN, GARCIA, 2013). Assim, a diversidade da agricultura familiar brasileira contribui para que este grupo social se configure como heterogêneo, cujo universo de pequenos produtores rurais possui grupos de diferentes matizes, os quais operam com diferentes níveis de tecnologia e inserção nos mercados (VIEIRA FILHO, 2013).

Além de caracterizar-se como heterogênea, a agricultura familiar tem encontrado na diversificação a principal estratégia para lidar com diversos aspectos negativos que os fatores naturais, econômicos e sociais podem refletir. Criar mecanismos de diversificação das opções e estratégias de trabalho e renda, estimulando sua resiliência em face das crises, dos choques ou das vulnerabilidades resulta no fortalecimento de *livelihoods*¹ da agricultura familiar. Isso implica afirmar que, quanto mais diversificado for o empreendimento rural de pequeno porte, maiores serão as chances e oportunidades que ele poderá ter; ou seja, um portfólio maior de oportunidades e opções de escolha é essencial para combater às diversas formas de vulnerabilidade (clima, doenças, preços) que possam se estabelecer (SCHNEIDER, 2010).

A agricultura familiar destaca-se ainda pela produção de alimentos vegetais para consumo *in natura* e criação de animais para extração do leite e consumo de carnes. Apesar de que muitas famílias ainda não possuem as condições necessárias para a produção de alimentos em quantidades suficientes para o consumo próprio e estão inseridas em contextos de extrema pobreza, os estudos direcionados à agricultura têm demonstrado o quão importante ela tem sido para a redução da pobreza. O aumento do PIB proveniente da agricultura, observado solidamente nos últimos anos, beneficia substancialmente mais da metade da população pobre, se tornando um potencial para desenvolvimento, principalmente a partir da criação de empreendimentos cooperativos que integram os agricultores familiares. Com isso, os resultados provenientes da agricultura familiar têm contribuído com a redução da pobreza, segurança alimentar da população e crescimento da agricultura (IBGE 2006; BANCO MUNDIAL, 2007; FAO 2014).

Assim, após observar que a agricultura familiar possui a diversidade como principal característica, a diversificação como principal estratégia e a segurança alimentar e redução da pobreza como um grande desafio, a próxima sessão apresenta características e fundamentos

¹ No Dicionário de língua inglesa, o sentido de “livelihoods” é tido como “meio de vida”; ou “way someone earns”, ou seja, “como se faz para ganhar a vida”, e também “a place to live”, ou seja, “o lugar onde se vive”.

da Teoria da Ação Coletiva, a fim de possibilitar a compreensão a respeito das ações conjuntas entre agricultores familiares.

2.2 A Teoria da Ação Coletiva

A Teoria da Ação Coletiva discute as razões pelas quais os indivíduos agem coletivamente, uma vez que poderiam prover suas necessidades individualmente. Para isso, o argumento aplicado reside na afirmação de que tais necessidades são impossíveis ou com maior nível de dificuldade de obtenção se os indivíduos buscam-nos individualmente, e não coletivamente (OLSON, 1999). Hardin (1995) afirma que as ações coletivas surgem da necessidade de coordenação, que é uma interação social quase inevitável para que a sociedade não entre em conflito, cujo poder da liderança cria instrumentos para que a coletividade se mantenha. Olson (1999) argumenta também que uma ação coletiva surge de interesses comuns quando indivíduos, que reconhecem conscientemente que são interesses comuns, planejam uma atuação coordenada para alcançá-los, sendo ainda apontada por Nassar (2001) como necessária, pois tais interesses ou necessidades não poderiam ser obtidos individualmente.

A partir da década de 1990 diversos estudos observaram que a cooperação, existente entre os indivíduos com interesses comuns, se apresenta sob diversos aspectos, em níveis de governança diferenciados (tanto horizontal como vertical, alguns nos dois níveis) dando origem à estruturas complexas (POWELL, 1990; MÉNARD, 2004; SCHMIDT, 2012). Assim, as ações coletivas podem ser desenhadas sob diversas formas, sendo várias as abordagens apontadas pela literatura, dentre elas redes, *clusters*, *joint ventures*, *netchains*, contratos. Na prática, as ações coletivas no contexto da agricultura familiar se efetivarão ainda sob a forma de associações, clubes, fundações, cooperativas, assim como, entidades de representação de compras e venda, de crédito, de controle de qualidade, dentre outras (NASSAR, 2001; SCHMIDT et al, 2014).

A origem da Teoria da Ação Coletiva é atribuída à obra de John R. Commons, *The Economics of Collective Action*², de 1950, que trata da Teoria dos Grupos sob argumentos políticos, afirmando que tais grupos, como os sindicatos, as cooperativas e organizações rurais, poderiam substituir o legislativo devido à grande representatividade e maiores ganhos trazidos à sociedade, sendo reconhecido por ele como vigor da democracia. Por sua vez, Mancur Olson, na obra intitulada como *The Logic of Collective Action*³, de 1965, apresentou uma explicação econômica para a formação de grupos, ao apontar que o comportamento coletivo somente será praticado se os benefícios dificilmente forem alcançados individualmente.

Wenningkamp (2015) aponta que Olson apresentou uma nova forma de pensar sobre as razões pelas quais os indivíduos participam de ações coletivas, se opondo à teoria tradicional do comportamento grupal, que presume que tanto os grupos grandes como os pequenos tendem a atrair membros pelas mesmas razões, afirmando que ambos os grupos não podem ser explicados à luz de uma mesma teoria e que os indivíduos não se unem apenas porque possuem interesses comuns, mas que, para isso, precisam de incentivos. A obra de Olson (1999), publicada pela primeira vez em 1965, trouxe duas importantes contribuições: a provisão de bens coletivos dada pelos grupos e a existência de *free riders*, que expressam os indivíduos “caronas” ou “aproveitadores” existentes, os quais dificultam a atuação do grupo. Além disso, o autor analisou também a racionalidade individual *versus* a racionalidade coletiva, o tamanho dos grupos e os incentivos seletivos (NASSAR, 2001; WENNINGKAMP, 2015).

² Tradução: A Economia da Ação Coletiva.

³ Tradução: A Lógica da Ação Coletiva.

As obras de Mark Granovetter também apresentam importantes contribuições à Teoria da Ação Coletiva. Na primeira obra, intitulada como *The strenght of weak ties*⁴ (1973), o autor aponta a existência de laços fracos e fortes na formação de grupos, cuja força do laço provoca maior ou menor possibilidade de ligações entre indivíduos, influenciando a difusão de informação e a formação de estruturas complexas. Na segunda obra, intitulada como *Economic Action and Social Structure: The problem of embeddedness*⁵ (1985), o autor propõe que o comportamento e as instituições estão imersos ou enraizados em uma estrutura social de contínuas relações, não podendo ser analisados como elementos independentes.

Por sua vez, a cientista política, Elinor Ostrom, que recebeu Prêmio Nobel de Economia em 2009, também apresenta importantes contribuições nas suas duas principais obras: *Governing the Commons*⁶ (1990) e *Collective Action and Local Development Processes*⁷ (2007). A primeira obra propõe uma reflexão sobre os motivos de os indivíduos cooperarem em dilemas sociais se eles poderiam ser caronas e se aproveitar dos benefícios gerados pelos demais indivíduos do grupo; e na segunda obra, Ostrom (2007) apresenta a reputação, a confiança e a reciprocidade como fatores que influenciam no surgimento e manutenção das ações coletivas. A autora aponta ainda que estes três fatores são influenciados por oito variáveis estruturais: a) o número de participantes envolvidos na ação coletiva; b) a forma de divisão de benefícios coletivos (totalmente compartilhados ou subtraídos); c) a heterogeneidade dos participantes; d) a comunicação face a face entre os participantes; e) a forma da função de produção da ação conjunta; f) a presença de informações sobre ações passadas dos indivíduos; g) a forma como os indivíduos estão ligados; e h) a possibilidade de os indivíduos entrarem e saírem voluntariamente do grupo.

Além das variáveis que influenciam na probabilidade de os indivíduos cooperarem, Olson (1999) inicia discussões sobre a importância da liderança, apontando-a como um fator organizador do grupo, sendo a figura do líder um “empreendedor político” que organiza os esforços dos vários indivíduos para a provisão dos bens coletivos. Moe (1980) destacou também que o líder é necessário para o surgimento do grupo, sendo um empreendedor político estimulado pelos altos benefícios gerados e organizados por ele, o qual espera também obter benefícios privados com sua ação organizadora sobre a ação coletiva. Sobre isso, Nassar (2001, p.42) aponta também que, “além de atuar como um fator organizador do grupo, a liderança pode ser um agente de persuasão”, sendo que um grupo que possui uma liderança “proeminente e com reputação” tornar-se-á atrativa para novos indivíduos que se identificam com as ações desta liderança.

Por fim, destaca-se que a Teoria da Ação Coletiva está pautada em termos que observam de que modo há maior geração de benefícios aos membros do grupo, os quais serão distribuídos a todos os indivíduos que participam da ação coletiva e influenciam a manutenção e existência dessas ações (GRANOVETTER, 1973; OLSON, 1999; NASSAR, 2001; OSTROM, 2007). Porém, é cabível conceber que todos estes pontos observados pela Teoria da Ação Coletiva possuem limites e restrições, que permitem aceitar a existência de perdas, advindos de falhas quaisquer cometidas pelo grupo. Destaca-se ainda que estas falhas são também discutidas pela Teoria da Ação Coletiva, em especial os estudos de Coleman (2010) e Zylbersztajn e Coleman (2013), mas que no entanto, não são objeto de análise deste estudo.

⁴ Tradução: A força dos laços fracos.

⁵ Tradução: Ação Econômica e Estrutura Social: o problema da imersão.

⁶ Tradução: Governando os Comuns.

⁷ Tradução: Ação Coletiva e Processo de Desenvolvimento Local.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

Este estudo foi desenvolvido na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR, que atua no Sistema Agroindustrial de frutas. A associação foi criada no município de Corumbataí do Sul - PR e expandiu-se para os municípios de Barbosa Ferraz, Nova Tebas e Godoy Moreira. Em 2015, ano de realização desta pesquisa, a associação contava com o trabalho conjunto de 85 associados, que correspondiam aos associados ativos.

A pesquisa foi aplicada à uma amostra de produtores, definida através do método não probabilístico por acessibilidade, também denominado como amostragem por conveniência. De acordo com Gil (1999), este tipo de amostra é comum em pesquisas qualitativas e consiste em “selecionar os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. Dessa forma, a amostra compreendeu 26 produtores rurais familiares, aos quais o pesquisador teve acesso direto para as entrevistas, seja através de visita à propriedade ou mediante encontro nas imediações da associação.

A análise central para o alcance dos resultados pretendidos ocorreu em torno de um objeto único de pesquisa (a APROCOR) e a partir da proposta inicial, concebeu-se que a pesquisa tem caráter explicativo. Gil (1999) define que a preocupação central da pesquisa explicativa é identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Assim, os resultados da pesquisa empírica, que demonstraram quais são os benefícios da ação coletiva para os agricultores associados à APROCOR exigiu informações detalhadas dos diversos atores que compõem a ação coletiva, a fim de conhecê-los em sua totalidade e, dessa forma, a pesquisa se caracterizou também como um estudo de caso.

Quanto à sua natureza, este estudo se caracterizou como pesquisa qualitativa. Richardson (2007) menciona que os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, além de compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. Dada a necessidade de análises aprofundadas sobre a realidade coletiva do grupo objeto de estudo, confirma-se o caráter qualitativo desta pesquisa.

Para a coleta de dados, definiram-se dois métodos: a pesquisa documental e a utilização de entrevista não estruturada. A pesquisa documental caracterizou-se pela necessidade de buscar informações nos documentos históricos do objeto de estudo, principalmente da associação. As fontes documentais consultadas incluíram a ata constitutiva, a ata de reunião de prestação de contas do exercício 2014, bem como, os relatórios financeiros (balanço patrimonial e demonstração de resultado) do exercício 2014.

Além disso, as entrevistas foram dirigidas, com perguntas abertas, ao gestor presidente e fundador da associação, ao engenheiro agrônomo do Instituto EMATER, que coordena as atividades regionais de fruticultura, e também aos 26 produtores rurais, conforme amostra definida. Para isso, foram utilizados os roteiros de entrevista, elaborados com intenção de levantar informações específicas sobre a associação e produtores rurais familiares. Teve-se o intuito de sondar as razões e motivos para a cooperação, esclarecer informações sobre as dificuldades enfrentadas individualmente como membro do grupo, as dificuldades enfrentadas coletivamente por serem um grupo, bem como, os benefícios advindos da união e das relações de troca. Com isso, foi possível identificar também a presença de *free-riders* e a forma como prejudicam a divisão dos recursos entre os que cooperam, bem como, os desafios e falhas coletivas.

Os dados coletados foram descritos e interpretados à luz da Teoria de Ações Coletivas. Para que os dados pudessem ser analisados de modo a permitir tais confirmações teóricas e novas inferências, utilizou-se o método descritivo.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

4.1 A Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR

A Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR teve sua origem a partir da criação da Associação de Moradores e Agricultores de Corumbataí do Sul – AMACOR, no ano de 1992, cuja finalidade era reunir produtores de café, para que pudessem discutir os problemas comuns da cultura e comercialização. No entanto, a entidade formalizada permaneceu inativa até 1997 e somente em 1999 foram iniciados os trabalhos com a intenção de buscar novos mercados e não ficar refém às condições de preço únicas oferecidas pelo mercado local. No entanto, além das dificuldades enfrentadas em relação às condições de preço e mercado, os monocultores de café foram surpreendidos com chuvas de granizo no ano de 1999, seguida de uma forte geada no ano 2000, trazendo grandes prejuízos e a necessidade da criação de alternativas. Foi neste período que a APROCOR efetivamente estava formada e trouxe como alternativa a cultura do maracujá, implantada por um grupo de 6 produtores no início do ano de 2001.

Após implantação da cultura do maracujá azedo pelo grupo de agricultores, foi possível a primeira comercialização do grupo, feita à CEAGESP em 2003, num total de 66 caixas de maracujá. No final do mesmo ano, contabilizou-se a comercialização de mais de 5 mil caixas de maracujá, pelo mesmo grupo de produtores. A partir disso, obteve-se um aumento no número de produtores rurais interessados na implantação da cultura, sendo que, após três anos, a produção total do grupo chegou à mais de 50 mil caixas de maracujá. Com o passar dos anos, novas culturas foram sendo implantadas, com o intuito de promover maior diversificação da agricultura, de modo a garantir a sustentabilidade financeira da agricultura familiar, bem como, o alcance de novos mercados por intermédio da associação.

Com o aumento das operações de mercado, o fato de a associação classificar-se como entidade sem fins lucrativos tornou-se uma dificuldade, pois não havendo forma empresarial necessária para possuir cadastro estadual para comercialização, ficava impedida da emissão de nota fiscal de vendas, sendo que toda e qualquer operação de mercado (tanto de entradas de insumos e materiais de consumo, quanto de saída de produtos) se dava por intermédio do cadastro rural dos associados. Assim, surgiu a necessidade de criação de uma cooperativa, a qual ofereceria as exigências legais necessárias para comercialização, bem como, abriria espaço para a formalização de um ambiente que favoreceria a geração de valor sobre os produtos provenientes das propriedades.

A partir desta necessidade, a Cooperativa Agroindustrial de Corumbataí do Sul – COAPROCOR foi criada em 2011, através da possibilidade da comercialização da semente do maracujá azedo para a indústria de cosméticos, que exigia um processo industrial para despolar a fruta e extrair apenas a semente, de modo a prepará-la para a venda desagregada do produto *in natura*. Através dos recursos obtidos por intermédio da associação, foram adquiridos o local para implantação da indústria, as máquinas e todos os equipamentos necessários para o processo industrial de despolvimento do maracujá.

No decorrer dos anos, a atuação conjunta dos produtores rurais objeto deste estudo proporcionou diversos resultados positivos, dentre os quais a criação de uma cooperativa de produtores, com a finalidade de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar. Assim, atualmente a ação coletiva abrange tanto atividades associativas, por intermédio da APROCOR, quanto atividades cooperativas, por intermédio da COAPROCOR. Neste estudo, optou-se por estudar apenas a entidade associativa, visto que trata-se da primeira ação coletiva promovida pelos produtores da região e mantida até a atualidade.

Atualmente, a APROCOR possui 85 associados provenientes dos municípios de Corumbataí do Sul, Godoy Moreira, Barbosa Ferraz e Nova Tebas, além de 2 funcionários,

sendo um motorista e um auxiliar administrativo. Ao analisar as características dos produtores rurais familiares observou-se que: a) possuem uma média de idade de 50 anos; b) possuem baixo nível de escolaridade, dos quais, a grande maioria possui apenas o nível de alfabetização (1º a 4º série); c) possuem propriedades de pequeno porte, sendo cerca de 70% das propriedades rurais menores que 10 alqueires; d) a parcela de terras suficiente para gerar renda proveniente da fruticultura é muito pequena, sendo que 50% das famílias destinam, no máximo, 1 alqueire para o cultivo de frutas; e) possuem família pequena, integrando, no máximo, 5 pessoas; f) as famílias possuem outras fontes de renda, que variam entre a cultura do café, legumes e verduras, gado de corte e leite, além de aposentadoria e emprego fixo; g) 33% das famílias possuem mão de obra exclusivamente familiar, 15% possuem de 1 a 7 empregados temporários e apenas 4% possuem empregado fixo.

Desde sua fundação, a APROCOR reúne os associados para a realização de reuniões de cunho administrativo, cursos, palestras e dias de campo. As reuniões de cunho administrativo efetivam-se através das assembléias realizadas ordinariamente para prestação de contas. Estas são realizadas anualmente, no início de cada exercício social, após conclusão dos relatórios financeiros por parte da equipe contábil. São realizadas também assembléias extraordinárias, para eventuais tomadas de decisão necessárias em conjunto, as quais são convocadas eventualmente, conforme necessidade. Os cursos, palestras e dias de campo promovidos pela APROCOR visam atender o interesse dos associados na manutenção de suas lavouras, de modo a promover o fortalecimento institucional e a capacitação profissional. Esses eventos são realizados em conjunto com a COAPROCOR e o Instituto Emater, e neles ocorrem a divulgação de técnicas de manejo, perspectivas econômicas e informações de mercado, tanto das culturas já implantadas, quanto de culturas consideradas viáveis para futura implantação por parte dos associados.

4.2 Benefícios da Ação Coletiva

A identificação dos benefícios proporcionados pela APROCOR aos produtores rurais à ela associados se deu mediante análise dos dados obtidos durante as entrevistas. Cabe mencionar que o estudo identificou a existência de falhas e dificuldades no grupo, mas que ficou evidenciada maior proporção de benefícios resultantes da ação coletiva. Esta condição remete-se às premissas introduzidas por Olson (1999) e Brito (2001), ao afirmarem que a ação coletiva torna-se viável se há incentivos positivos, mesmo quando há falhas existentes, os quais incluem os ganhos econômicos e financeiros, o prestígio, respeito, amizade e vários outros de cunho social, psicológico, político e cultural.

Os primeiros benefícios identificados foram os decorrentes do próprio processo de crescimento e fortalecimento do grupo. Esses benefícios, que também podem ser considerados como benefícios iniciais da ação coletiva, são exclusivamente benefícios econômicos e financeiros. O histórico da associação revela que a mesma surgiu da necessidade da união de forças para lidar com as incertezas de mercado e intempéries climáticas, mediante utilização de mão de obra e recursos já disponíveis nas propriedades. Com isso, a implantação da cultura do maracujá azedo pelo grupo de produtores, trouxe aos associados a **garantia de renda** através da possibilidade de comercialização de maior volume de produção. Esse mecanismo de diversificação viabilizava uma logística integrada e, conseqüentemente, proporcionou **estabilidade financeira**.

Destaca-se que, o surgimento da associação no contexto rural dos produtores familiares trouxe a possibilidade de desenvolvimento local através de alguns fatores:

- a) Pela distribuição de renda, que outrora, na monocultura do café, era anual (ou bianual quando da ocorrência de intempéries climáticas), mas com a diversificação

da propriedade passou a ser em períodos mais curtos, trazendo a possibilidade de um **planejamento financeiro familiar mensal**;

- b) Pela utilização de recursos naturais disponíveis, pois a implantação da cultura do maracujá exigiu apenas investimentos na aquisição de mudas e arame para instalação das espaldeiras. Posteriormente, com a implantação de outras culturas, a utilização de recursos naturais disponíveis se deu da mesma forma, o que possibilitou a **redução de custos**;
- c) Por intermédio das relações de gênero, com a possibilidade da inclusão do trabalho feminino na poda e colheita dos frutos, bem como, a possibilidade de permanência dos filhos no campo, proveniente da **melhor distribuição de renda entre os membros da família**;
- d) Por meio da segurança em relação às variações de preço e acesso aos mercados, uma vez que o volume de produção conjunto viabiliza a logística para mercados mais distantes, garantindo o **escoamento de toda a produção**.

Com isso, outro benefício identificado é a **inclusão do pequeno produtor rural na cadeia produtiva** de frutas. Isso porque a região de Corumbataí do Sul possui condições climáticas e de solo favoráveis ao cultivo de frutas, porém, a sua localização, distante de grandes centros e mercados, desfavorece o escoamento da produção. Durante as entrevistas, alguns produtores relataram que antes da criação da associação já mantinham a cultura de algumas frutas, porém a comercialização dos produtos era por intermédio da venda “porta-a-porta”, ocasionando, muitas vezes, a perda da produção, pois as frutas *in natura* possuem prazo de validade muito curto.

“Agora tem onde colocar o produto. Como a região é de difícil acesso, o picareta vinha apenas quando interessava, quando não interessava, o produtor ficava na mão e tinha que sair de porta em porta.” (Entrevistado A – produtor rural)

"Em pequenas propriedades assim é difícil, não tem muitas condições, mas sendo sócio lá [na Aprocor], o pouquinho que a gente produz a gente consegue encaixar lá, e é onde entra a renda pra nós. Ajuda muito. Ela é fundamental pra nós." (Entrevistado B – produtor rural)

A inclusão do agricultor familiar na cadeia produtiva de frutas trouxe então a garantia do escoamento da produção e, conseqüentemente, o **aumento da renda familiar**. Em períodos anteriores à criação da APROCOR, alguns agricultores já possuíam lavouras de frutas, como é o caso do maracujá e laranja, porém consideravam estas culturas como de risco, e mantinham investimentos baixos ou nulos, além da baixa produtividade. A partir da ação coletiva e implantação de novas culturas frutíferas, houve possibilidade do aumento da renda, mediante garantia do escoamento da produção e comercialização conjunta.

Dentro deste mesmo contexto, outro benefício a ser mencionado é a conquista do **poder de barganha** por parte do produtor rural de pequeno porte. A negociação de vendas quando feita considerando todo o volume de produção do grupo permite melhores condições de preço e prazos, além da possibilidade da divisão de custos entre os produtores, viabilizando também a opção de uma **logística integrada** com alcance em mercados mais distantes. Conseqüentemente, o alcance de novos mercados, como a inserção dos produtos em redes de supermercados e no CEASA dos estados de São Paulo e Paraná, é também um benefício proporcionado aos produtores familiares, o qual se estabeleceu inicialmente e perdura até a atualidade, com possibilidade de crescimento constante. O poder de barganha conquistado abrange também as negociações de compras. Atualmente, a associação mantém, em conjunto com a cooperativa, uma loja de peças e insumos agropecuários, os quais são oferecidos à preços acessíveis, com maiores taxas de desconto para os associados.

Em relação às negociações de compra de insumos e, principalmente, de venda dos produtos provenientes do campo, verificou-se que os produtores têm o reconhecimento de que se beneficiam do trabalho coletivo. Isso se dá ao terem **reduzidas suas dificuldades em lidar com as operações comerciais**, uma vez que são repassadas para a associação as tarefas burocráticas da comercialização. Essas tarefas incluem a emissão de nota fiscal, observação das contribuições federais e taxas a serem descontadas das receitas de vendas (FUNRURAL e demais eventualmente incidentes), conferência de pesos e medidas, além do suporte na preparação de documentos dos produtores rurais, como o Documento de Aptidão ao PRONAF – DAP, as documentações necessárias para o Cadastro Ambiental Rural – CAR e para as declarações anuais do Imposto Territorial Rural – ITR, bem como, os exigidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR.

Num segundo momento da história da APROCOR, a **criação e consolidação da cooperativa** trouxeram também diversos benefícios aos associados. Consideram-se necessários novos estudos específicos para a percepção dos benefícios da ação coletiva com foco na COAPROCOR, porém, ao analisar os associados, os quais, em sua totalidade, são também cooperados, foi possível a identificação de resultados positivos provenientes da ação cooperativa. Esses benefícios referem-se, em especial, à abertura de novos mercados e à possibilidade de agregar valor ao produto. Se outrora a abertura de mercados para o escoamento da produção de frutas frescas já havia sido possível e trazido benefícios, esses benefícios foram ainda maiores a partir da consolidação da cooperativa, a qual oferece a possibilidade de agregar valor aos produtos *in natura* através do processamento industrial. Além da **diversificação de frutas** na produção rural, neste momento, os produtores passaram a sentir os efeitos positivos da diversificação de processos, conforme aponta Ploeg (2008), ao mencionar a criação de empreendimentos cooperativos como elemento integrador entre o campo e o mercado, cuja finalidade é a geração de valor e aumento da riqueza agregada ao produto.

As **parcerias firmadas** entre a associação e o Instituto Emater e Secretaria Municipal da Agricultura reforçam o mecanismo de coordenação vertical adaptado à realidade do grupo, demonstrando resultados benéficos aos associados. Durante as entrevistas, aos questioná-los sobre os benefícios advindos da ação coletiva por ele percebidos, vários produtores familiares fizeram menção ao **conhecimento técnico adquirido** através da APROCOR. Alguns mencionaram os eventos (cursos, palestras, dia de campo) promovidos pela associação e outros mencionaram ainda a assistência técnica direta na propriedade, através das visitas realizadas pelo engenheiro agrônomo. É importante observar que o benefício advindo da informação oferecida ao produtor rural está diretamente ligado aos resultados econômicos por ele percebidos. Isso se deve ao fato de que a assistência técnica direta leva a informação no momento oportuno e favorece a **redução de risco**, como nos casos em que a doença ou praga está se expandindo nas imediações da propriedade rural e, antecipadamente, são implantados mecanismos preventivos ou curativos.

"A gente tem o conhecimento técnico agrícola à disposição né, que se tem algum problema com alguma fruta ele te comunica né, tá indo lá [na associação] sempre e vem aqui ver o que tá acontecendo." (Entrevistado C – produtor rural)

O contrato firmado com a indústria privada de cosméticos, a Natura Cosméticos S.A., para fornecimento de insumos provenientes do maracujá utilizados na industrialização de perfumes e sabonetes da linha Ekos Natura, tem também trazido benefícios. Esses benefícios podem ser percebidos em relação à qualidade do produto, em relação aos ganhos sociais dos agricultores, além dos financeiros, através dos recursos captados, conforme mencionado na subsessão anterior. Verificou-se que a manutenção da parceria firmada entre a associação e a

indústria privada é garantida mediante o estabelecimento de padrões de qualidade e sustentabilidade do produto, o que exige o manejo adequado das frutas desde o período pré-safra, que se efetiva mediante acompanhamento da produção por intermédio de auditorias nas propriedades familiares. Em contrapartida, a indústria privada oferece toda a informação e conhecimento técnico adequado para o rigor no cultivo e manejo das frutas, com a finalidade de obtenção de **maior qualidade dos produtos**. Os benefícios sociais aos produtores, resultantes da parceria firmada a empresa Natura Cosméticos se efetiva **no status e sentimento de orgulho** conferido aos produtores familiares, uma vez que o produto, fruto de seu trabalho, é destinado à uma das maiores empresas brasileiras de cosméticos, cuja marca possui repercussão nacional.

Além disso, há relatos que mencionam o corpo técnico disponível à associação, como favorável aos produtores, no sentido de aprimorar suas perspectivas e experiências na propriedade:

“A gente passa pra eles e eles correm atrás, aquilo que a gente acha que interessa. Eles estudam para ‘miorá’ pra população e depois explica pra nós como faz certinho.” (Entrevistado D – produtor rural)

O trabalho conjunto entre produtores e especialistas da área agrícola, como é o caso da presença do técnico agropecuário e do engenheiro agrônomo da Secretaria Municipal da Agricultura e Instituto Emater, respectivamente, unem o conhecimento teórico-científico às experiências práticas no campo, o que resulta em **aumento da produtividade, qualidade dos produtos e adequação ambiental** nos manejos de forma geral.

Neste sentido, percebeu-se também que o agricultor familiar se beneficia em relação à sua propriedade, no que se refere aos padrões ambientais ideais. Ao trabalhar a qualidade dos produtos, há uma séria vertente que busca, paralelamente, a preservação do meio ambiente. Quando identificado os eventos coletivos promovidos, verificou-se que algumas reuniões e palestras têm como foco a gestão de resíduos, o uso correto de agrotóxicos, o correto controle de pragas, como, por exemplo, as formigas, além do manejo adequado para conservação do solo e da água. Dessa forma, os efeitos da ação coletiva são benéficos ao meio ambiente e, conseqüentemente, favorecem a **valorização ambiental da propriedade**. Da mesma forma, os eventos que buscam a promoção do **uso correto de agrotóxicos**, bem como, os que orientam quanto ao uso correto de equipamentos de proteção individual e do vazão sanitário, trazem **benefícios à saúde, tanto do agricultor, quanto do consumidor de seus produtos**.

Destacam-se ainda os benefícios sociais aos produtores familiares, resultantes da ação coletiva. Em primeiro lugar, ficou evidente **o sentimento de status, melhoria da auto estima e satisfação pessoal**, quando os pequenos produtores passaram a perceber individualmente a gama de resultados positivos no trabalho conjunto com os demais agricultores e parceiros da associação.

“É gratificante e o resultado é muito bom. Sinto o reconhecimento que as pessoas tem por saberem o tanto que eu produzo, por saberem que sou ativo nos trabalhos da associação, que meus produtos vão para a indústria, para a merenda escolar, além de conhecerem minha propriedade e verem ela como modelo.” (Entrevistado E – produtor rural)

Além disso, a diversificação de produtos promovida pela associação conduz o pequeno produtor à compreender a importância de seu trabalho e assumir a responsabilidade no fornecimento de frutas de qualidade, pois tal trabalho será em benefício próprio, mas proporcionará também resultados positivos para os demais agricultores associados, além da população que irá consumir seus produtos.

“Além de fazer parte, a gente fica contente de ver os amigos da gente melhorando também, tendo condições financeiras de se manter na agricultura.” (Entrevistado F – produtor rural)

“Eu me sinto bem em fazer parte da Aprocor porque é um motivo a mais pra gente produzir alguma coisa diferente, que tenha valor.” (Entrevistado G – produtor rural)

Este sentimento gerado no produtor rural, resultante das ações coletivas no contexto da pequena propriedade de produção rural favorece também um **sentimento de orgulho e pertencimento local**, incentivando o agricultor familiar a permanecer no campo. Percebe-se que este sentimento é também repassado aos membros da família, o que gera um estímulo à permanência na atividade rural. Assim, o sentimento de pertencimento aliado ao orgulho e status, favorece a permanência da família no campo, com destaque para a situação do jovem e a mulher.

“Primeiramente, o que deixa a gente mais contente é a questão da família, porque hoje na agricultura, dificilmente um filho fica na roça, e o que mais deixa a gente feliz é isso... [...] os filhos estando em casa ou perto de casa, a gente fica mais contente.” (Entrevistado C – produtor rural)

Este mesmo produtor mencionou ainda que, no caso da filha mulher, a situação é mais complicada, apontando que as possibilidades de trabalho no campo são menores para o gênero feminino se comparadas às perspectivas na cidade. Desse modo, a associação tem encarado a preocupação com a **permanência do jovem e da mulher no campo**, com ações coletivas que busquem integrá-las às atividades produtivas na propriedade, como é o caso da promoção de tecnologias de cultivo de frutas numa altura possível para o trabalho feminino, que favoreça sua saúde, como é o caso do figo e amora preta, além das ações de conscientização da importância da mulher no seio produtivo familiar.

Identificou-se que a possibilidade de **permanência no campo** é também um benefício social, o qual é resultante dos benefícios econômicos percebidos pela família. Neste sentido, a garantia de renda é fator chave para esta permanência. Ao relatarem as condições financeiras antes da formação da associação, vários produtores mencionaram a instabilidade sofrida na cultura do café, que era uma das únicas culturas viáveis na região, devido às condições de clima e solo, e cujo mercado oferecia possibilidade de escoamento da produção. Com a implantação da fruticultura e a possibilidade de uma renda mensal, tornou-se maior a atratividade em relação às atividades rurais na região, proporcionando maior permanência.

“Eu tava cansada de ver ele [o marido] trabalhando para fora, as vezes ia passar veneno, carpir, nunca tinha nada garantido. [...] Aí foi idéia dos meus moleques: pai, vamos plantar maracujá? Planta pra ver... Daí a gente plantou e no primeiro ano deu 6 mil. Depois logo meus moleques pediram: ô pai tem um pedacinho [de terras] pra nós plantar pra gente? Aí plantou os dois piás e deu 13 mil.” (Entrevistado H – produtora rural)

“Se não fosse hoje a Aprocor e a Coaprocor junto, eu tenho certeza que tinha muita mais gente que teria ido embora da propriedade, porque quem tem dois alqueires de terra, pra ele sobreviver, se não fosse a fruticultura aqui na região, não teria como sobreviver.” (Entrevistado H – produtor rural)

Em suma, o Quadro 1 demonstra todos os benefícios proporcionados aos produtores familiares pela ação coletiva, resultantes da pesquisa empírica.

Quadro 1 – Benefícios coletivos proporcionados aos produtores rurais.

Benefícios econômicos e financeiros	Diversificação dos produtos, inclusão do pequeno produtor rural na cadeia produtiva, comercialização, abertura de novos mercados, escoamento da produção, aumento da produtividade, aumento da renda, aumento da qualidade dos produtos, redução de custos, redução de riscos, aumento do poder de barganha, logística integrada, criação de empreendimento cooperativo, garantia de renda, estabilidade financeira, possibilidade de planejamento financeiro mensal ou periódico, melhor distribuição de renda entre os membros da família.
Benefícios informacionais	Redução do impacto sofrido com a burocracia das operações comerciais, criação de parcerias com instituições públicas e privadas, aquisição de conhecimento técnico e informações de mercado, assistência técnica.
Benefícios ao meio ambiente e saúde do trabalhador	Adequação ambiental da propriedade, embelezamento da propriedade, melhoria dos cuidados com a saúde do trabalhador, redução do uso de agrotóxicos.
Benefícios sociais	Sentimento de status, melhoria da auto estima, satisfação pessoal, sentimento de orgulho, sentimento de pertencimento local, permanência da família no meio rural, inclusão do trabalho feminino e do jovem no campo.

Fonte: Dados da pesquisa (2016).

Como se pode observar, os benefícios resultantes da ação coletiva contemplam não apenas os associados, através dos ganhos econômicos, financeiros, informacionais, sociais e de saúde do trabalhador, como também abrange os ganhos proporcionados às famílias e ao meio ambiente. Pode-se ainda mencionar os ganhos proporcionados à comunidade local e entornos da associação, uma vez que os resultados da ação coletiva, mesmo de forma indireta, possivelmente traz benefícios à outros agentes, como é o caso do aumento do comércio local, resultante do aumento da renda dos produtores.

Por fim, destaca-se a efetividade desta ação coletiva, uma vez que os produtores rurais reconhecem conscientemente que se não houver atuação coordenada para produção e comercialização de frutas, desde o planejamento de ações até a finalização das operações próprias mediante a venda dos produtos, em que há dificuldades comuns a serem enfrentadas pelos produtores da região, não haveria a possibilidade de obter benefícios semelhantes e alcançar resultados favoráveis à suas atividades (HARDIN, 1997; OLSON, 1999; NASSAR, 2001; SANDLER, 2004).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo central a análise dos benefícios da ação coletiva para os agricultores familiares pertencentes à Associação de Produtores de Corumbataí do Sul – APROCOR. A motivação desta pesquisa se deu mediante as discussões teóricas sobre ações coletivas, no que se refere aos inúmeros benefícios gerados por ela, uma vez que estas estruturas de governança coletiva apresentam também, falhas de coordenação.

Os achados empíricos demonstraram que os ganhos oriundos da ação coletiva beneficiam os associados, a família rural, bem como, o meio ambiente e a saúde do agricultor. Além disso, gera ainda externalidades positivas que resultam em ganhos para o meio ambiente local e entorno da região rural.

Assim, pode-se concluir que, a ação coletiva no contexto da agricultura familiar é capaz de viabilizar atividades rurais e processos industriais, podendo torná-la sustentável ao longo do tempo. Além disso, os benefícios da ação coletiva transpassam as fronteiras da propriedade, externalizando ganhos coletivos que são capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial de 2008: Agricultura para o desenvolvimento**. Washington: *The World Bank*, 2007.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; KAGEYAMA, A. A.; OLIVEIRA, J. T. A. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **RESR**, Piracicaba, vol. 51, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2013.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BUAINAIN, A. M. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável: questões para debate**. Brasília: IICA, 2006.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem alguma chance como agricultores? In: **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

CALEMAN, S. M. Q. **Falhas de coordenação em sistemas agroindustriais complexos: uma aplicação na agroindústria de carne bovina**. São Paulo, 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

FAO - *Food and Agriculture Organization of the United Nations*. **The state of food and agriculture: innovation in family farming**. FAO: Roma, 2014.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANÁ, L. Agricultura familiar: origens, dificuldades e perspectivas. **Jovens Pesquisadores**, n. 2, p. 37-54, 2005.

GRANOVETTER, Mark. *Economic Action and Social Structure: the Problem of Embeddedness*. **The American Journal of Sociology**. New York, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRANOVETTER, Mark. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. v. 78, n. 6, p. 1360-1380, 1973.

HARDIN, Russel. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University Press, 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/defaulttab_censoagro.shtm>. Acesso em: 19 out. 2014.

MAEDA, Marianne Y.; SAES, Maria S. M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leopólis. In: **XII SEMEAD-Seminários em Administração**, 2009, São Paulo. XII SEMEAD - Empreendedorismo e Inovação, 2009.

MENARD, C. *The economics of hybrid organizations*. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

MOE, Terry. *A calculus of group membership*. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 4, p. 593-632, 1980.

NASSAR, André M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M. T. M. Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. **Texto para discussão** n. 42. Brasília: EMBRAPA, 2011.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

OSTROM, Elinor. *Collective Action and Local Development Processes*. **Sociologica**. Bologna, 2007.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. EUA: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons: the evolution of institutions for collective action**. EUA: Cambridge University Press, 1990.

POWELL, Walter W. *Neither market nor hierarchy: network forms of organization*. **Research in Organizational Behavior**. (S.l), v. 12, p. 295-336, 1990.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 2007.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura**: a produção de pequena escala. São Paulo, 2008. Tese (Livre Docência em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de São Paulo, Universidade de São Paulo.

SAUSEN, J. O.; PATIAS, I. A.; ALLEBRANDT, S. L. Desenvolvimento local e estratégia de pequenos empreendimentos agroindustriais – a lógica da cooperação e do associativismo: o Pacto Fonte Nova. **Cad. EBAPE.BR.**, v.9, n.3, artigo 9, Set. 2011.

SAUVÉE, Loïc. *Efficiency, Effectiveness and the Design of Network Governance*. In: 5TH International Conference on Chain Management in Agribusiness and the Food Industry Noordwijk an Zee, The Netherlands, 2002, Noordwijk an Zee. **Anais...** Noordwijk an Zee, 2002.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R.; TOMIO, M.; TOMÉ, L. H. P.; CIELO, I. D. Ações coletivas no agronegócio: uma análise do estado da arte a partir dos congressos da

sober (2004-2013). In: 52º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2014, Goiânia, **Anais...** Goiânia, 2014.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85-131, 2010.

VIEIRA FILHO; J. E. R. Distribuição produtiva e tecnológica dos estabelecimentos agropecuários de menor porte e gestão familiar no Brasil. In: CAMPOS, S. K.; NAVARRO, Z. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013.

WENNIGKAMP, K. R. **Ações coletivas no agronegócio: uma análise da produção científica no Brasil (1990 a 2013)**. Toledo, 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio, Universidade do Oeste do Paraná.

ZYLBERSZTAJN, Decio; CALEMAN, S. M. Q. Falhas organizacionais: tipologia, determinantes e proposta de modelo teórico. *Revista OES*, vol. 20, n. 65, p. 261-282, abr/jun 2013.